

CONCURSO PÚBLICO, DE PROVAS E TÍTULOS, PARA A OUTORGA DE DELEGAÇÕES
DE NOTAS E DE REGISTRO DO ESTADO DE MINAS GERAIS - EDITAL 1/2018

REMOÇÃO

PROVA ESCRITA E PRÁTICA

Leia com atenção as instruções a seguir:

- Você está recebendo do fiscal de sala, além deste caderno de rascunho contendo 1 (um) tema para dissertação, 1 (uma) proposta para uma peça prática e 3 (três) questões discursivas, um caderno destinado à transcrição dos textos definitivos das respostas. O texto da dissertação deverá ter até 60 (sessenta) linhas; a peça prática a ser elaborada deve conter até 60 (sessenta) linhas e as respostas às questões discursivas devem ser apresentadas em até 15 (quinze) linhas.
- Ao receber o caderno de textos definitivos e este caderno para rascunho você deve:
 - a) verificar se o critério de ingresso constante da capa deste caderno de rascunho coincide com o registrado em seu caderno de textos definitivos;
 - b) conferir o nome, número de identidade, CPF, número de inscrição e demais dados constantes da capa do caderno de textos definitivos;
 - c) comunicar imediatamente ao fiscal da sala qualquer erro encontrado no material recebido;
 - d) ler atentamente as instruções de preenchimento do caderno de textos definitivos;
 - e) assinar o caderno de textos definitivos, no espaço reservado, com caneta esferográfica transparente de cor azul ou preta.
- As questões discursivas são identificadas pelo número que se situa acima do seu enunciado.
- Durante a aplicação da prova não será permitido:
 - a) qualquer tipo de comunicação entre os candidatos;
 - b) empréstimo de material;
 - c) levantar da cadeira sem a devida autorização do fiscal de sala;
 - d) portar aparelhos eletrônicos, tais como telefone celular, beep, walkman, agenda eletrônica, notebook, palmtop, pen drive, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica, controle de alarme de carro, relógio, tablet, mp3, óculos escuros, protetor auricular, ou qualquer acessório de chapelaria, como chapéu, boné e gorro, etc., e ainda líquido corretor de texto ou fita corretiva, caneta hidrográfica fluorescente, lápis, lapiseira/grafite, borracha ou lápis-borracha.
- Será considerada nula e não será pontuada a dissertação, a peça prática ou a resposta de qualquer uma das três questões discursivas que: a) estiver fora do lugar especificamente indicado para tal finalidade; b) apresentar textos sob forma não articulada verbalmente (apenas com desenhos, números e palavras soltas ou em versos); c) estiver em branco; d) apresentar letra ilegível. Será desconsiderado, para efeito de avaliação, qualquer fragmento de texto que ultrapassar a extensão máxima permitida.
- É permitida a consulta apenas a textos de legislação pertinentes às matérias sobre as quais versará a prova, desacompanhados de jurisprudência, súmulas, exposições de motivos, anotações ou comentários, conforme subitens 14.8 a 14.8.2 do edital. Não é permitido que o candidato utilize textos grifados ou realçados, obras de doutrina, obras que contenham formulários e/ou modelos, anotações pessoais, dicionários e apostilas, além de outros materiais que não os descritos no edital. Não será permitido consultar o Regimento Interno do TJMG e dos Tribunais Superiores.
- A CONSULPLAN realizará a coleta da impressão digital dos candidatos na lista de presença.
- Não será permitida a troca do caderno de textos definitivos por erro do candidato.
- O tempo disponível para esta prova será de 4 (quatro) horas, já incluído o tempo para preenchimento do caderno de textos definitivos.
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as respostas constantes do caderno de textos definitivos.
- O candidato somente poderá retirar-se do local de aplicação após decorridas 2 (duas) horas do início da prova, momento a partir do qual poderá levar consigo o caderno de rascunhos (Prova Escrita e Prática). Quando terminar sua prova, deverá entregar obrigatoriamente o caderno de textos definitivos devidamente preenchido e assinado ao fiscal de sala.
- Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala só poderão sair juntos, após entregarem ao fiscal de aplicação os documentos que serão utilizados na correção das provas. Esses candidatos poderão acompanhar, caso queiram, o procedimento de conferência da documentação da sala de aplicação, que será realizada pelo Coordenador da unidade, na coordenação do local de provas. Caso algum desses candidatos insista em sair do local de aplicação antes de autorizado pelo fiscal de aplicação, será lavrado Termo de Ocorrência, testemunhado pelos 2 (dois) outros candidatos, pelo fiscal de aplicação da sala e pelo Coordenador do local de provas.
- Boa prova!

DISSERTAÇÃO

“Art. 155. Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre: I - transmissão *causa mortis* e doação, de quaisquer bens ou direitos;” (BRASIL. Constituição Federal de 1988.)

Considerando o texto constitucional, disserte, em até 60 (sessenta) linhas, de forma fundamentada, sobre o “ITCMD – IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO CAUSA MORTIS E DOAÇÃO DE QUAISQUER BENS OU DIREITOS”. Em seu texto, aborde, necessariamente, os seguintes tópicos sobre o referido tributo:

- Aspectos da hipótese de incidência do ITCMD (material ou fato gerador *in abstracto*, pessoal, temporal, espacial e quantitativo: base de cálculo e alíquota);
- Possibilidade de graduação do ITCMD conforme a capacidade contributiva;
- Responsabilidade tributária dos notários e registradores em relação ao ITCMD.

(Valor: 03 pontos)

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	

30	
31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

RASCUNHO

PEÇA PRÁTICA

O casal André da Silva, brasileiro, advogado, CPF nº. 001.002.003-04 e RG nº. 999.888, SSP/MG e Niliane da Silva, americana, médica, CPF nº. 005.006.007-09 e RG nº. 777.666, SSP/MG, casados pelo regime da comunhão universal de bens desde 2001, residentes em Belo Horizonte/MG, tiveram uma criança nascida em 24/07/2018 nos Estados Unidos da América.

Após a análise do caso acima, na qualidade de registrador, proceda a transcrição de certidão de nascimento lavrada no Consulado Geral do Brasil nos Estados Unidos da América, em Miami, da referida criança, observando se tratar ou não de brasileiro nato e mencionando os dispositivos legais que embasam o registro. Os dados necessários para o ato deverão ser criados livremente pelo candidato. A peça deverá ser redigida em até 60 (sessenta) linhas.

(Valor: 04 pontos)

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	

30	
31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

RASCUNHO

QUESTÃO 01

Considere o caso hipotético a seguir e responda de forma fundamentada, em até 15 (quinze) linhas, indicando os dispositivos legais que incidam sobre o caso. Um servidor público estadual aposentou-se em 05.12.1999 com a incorporação de uma gratificação de desempenho. O ato inicial de aposentadoria foi enviado à Corte de Contas em 04.11.2003, tendo sido apreciado em 30.05.2006, data em que foi proferido julgamento pela rejeição da aposentadoria, determinando o decote da gratificação que teria sido indevidamente incorporada aos proventos. Foi interposto mandado de segurança, aduzindo:

- 1) Entre o ato inicial de aposentadoria, perpassando pelo ingresso do processo administrativo no TCE e o indeferimento do registro do benefício, transcorreu período de tempo superior a cinco anos, tendo a Administração Pública decaído de seu poder de rever a aposentadoria;
- 2) O TCE violou o direito do impetrante de ver assegurada a observância do princípio do devido processo legal e do contraditório, considerando não ter sido o impetrante intimado para se manifestar nos autos do processo administrativo, ainda mais que no caso houve redução de seus proventos.

Estão corretas as teses 01 e 02, considerando a jurisprudência firmada pelo Supremo Tribunal Federal sobre os temas?

(Valor: 01 ponto)

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	

QUESTÃO 02

Considere a seguinte situação hipotética e responda conforme se pede.

Entre os meses de janeiro/2001 a dezembro/2003, o Oficial de um dos cartórios do Ofício de Notas de Juiz de Fora/MG se apropriou de valores públicos devidos ao Estado, de que tinha a posse em razão do cargo ocupado.

Restou apurado que o Oficial do cartório recebia os valores pagos pelos usuários do serviço prestado em favor do Estado e não recolhia as respectivas taxas de fiscalização judiciária e demais valores incidentes, instituídos por Portaria Conjunta da Presidência do Tribunal de Justiça de Minas Gerais e da Corregedoria-Geral de Justiça de Minas Gerais, vigente à época dos fatos. Com esse expediente, o Notário se apropriou de mais de R\$200.000,00. Desse montante, destinou R\$1.500,00 para presentear seu amigo com 1 (uma) caixa de charutos cubanos, da melhor qualidade. Com um certo constrangimento, o amigo recusou o presente, insistindo para que permanecesse na posse do Oficial para que, juntos, gradativamente, fumassem os apreciados charutos.

Sabe-se que este seu amigo era um conceituado Contador, de tradicional família da zona da mata mineira, profissional autônomo que, valendo-se da experiência profissional e da amizade íntima entre ambos, dava-lhe costumeiros conselhos quando se encontravam para, semanalmente, fumar charutos numa tabacaria local. Apurou-se, também, que, num desses encontros, o Contador incentivara o Oficial do Cartório a se apropriar dos valores, dando-lhe a ideia originalmente e explicando-lhe como seria possível, na visão dele, fazer isso sem que fosse descoberta a apropriação. Não obstante, a conduta do Oficial do Cartório de Notas foi constatada numa inspeção correcional; ele foi processado e condenado pelo crime de peculato.

No caso acima descrito, considerando as regras do concurso de pessoas, o Contador também poderia ser responsabilizado criminalmente? Em caso positivo, por qual delito? Em caso negativo, sob qual justificativa?

A resposta deve ser fundamentada de modo objetivo e conciso, no máximo em 15 (quinze) linhas, indicando os dispositivos legais eventualmente incidentes.

(Valor: 01 ponto)

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	

QUESTÃO 03

Considere a seguinte situação hipotética e responda de forma fundamentada, em até 15 (quinze) linhas.

Uma sociedade simples conta com 9 (nove) sócios e não consta do contrato social qualquer menção a medidas jurídicas a serem tomadas em razão do falecimento de um deles. Ocorre que um dos sócios faleceu inesperadamente, deixando 2 (dois) herdeiros.

Quais as alternativas legais disponíveis para os sócios remanescentes tomarem com relação a esta sociedade? A quem caberá a responsabilidade pelas obrigações sociais?

(Valor: 01 ponto)

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	